

**ATITUDE POLÍTICO-IDEOLÓGICA E INSERÇÃO SOCIAL:
FATORES PSICOSSOCIAIS DO PRECONCEITO RACIAL?***
*IDEOLOGICAL-POLITICAL ATTITUDE AND SOCIAL INSERTION:
PSYCHOSOCIOLOGICAL FACTORS OF RACIAL PREJUDICE?*

Aline Vieira de Lima Nunes
Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal

Leoncio Camino
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil

RESUMO

Neste estudo, objetivou-se verificar como se apresentam a atitude político-ideológica e a inserção social, no contexto universitário, frente ao preconceito sutil. Participaram 206 estudantes, 80% mulheres e idade média de 23 anos (DP=5,34), sendo heterogênea a divisão entre as áreas do conhecimento humano, saúde e educação. Foram utilizadas as escalas de inserção universitária, preconceito sutil e atitude favorável ao 1º e 3º mundos. Foi realizada ANOVA (*Scheffé*) entre as áreas do conhecimento e inserções, onde se verificou a promoção de inserções em diferentes atividades na universidade. Regressões (*stepwise*) constataam que as atitudes primeiro e terceiro mundistas são inversamente preditivas às inserções universitárias, assim como sua pertença às áreas, e que a inserção extracurricular prediz menor expressão de preconceito sutil. Infere-se que atitudes político-ideológicas atuam indiretamente no preconceito sutil, diferentemente da sua atuação mais direta frente à inserção social e ao antirracismo.

Palavras-chave: racismo; inserção social; ideologia política.

ABSTRACT

In this study, the aim is verify how political-ideological attitudes and the social insertion in college context are observed through subtle prejudice. Took part 206 college students, 80% woman and average age of 23 (SD=5,34), divided into knowledge areas: human, health and education. The tools used were university insertion and subtle prejudice scales and favorable attitude on the first and third world. ANOVA (*Scheffé*) were used and identified knowledge areas as promoting insertions in different activities at the university. Regressions (*stepwise*) verified that first and third world attitudes are conversely predict to university insertions thus as their areas insertions, and which extracurricular insertion predict lower expression of subtle prejudice. It suggests that political-ideological attitudes acting indirectly on subtle prejudice expression, unlike its influence towards social insertion and anti-racism.

Keywords: racism; social insertion; political ideology.

Classicamente, no estudo psicológico dos processos de discriminação social, o conceito mais usado é o do preconceito. Numa das obras marcantes do período pós-guerra, *The Nature of Prejudice*, Allport (1954) concebe o preconceito como “an aversive or hostile attitude toward a person who belong to a group, simply because he belongs to that group, and is therefore presumed to have the objectionable qualities ascribed to the group” (p. 7). Nessa definição, o preconceito refere-se principalmente a uma orientação ou posicionamento afetivo negativo de um indivíduo ou de um conjunto de indivíduos, frente a outro grupo social.

Por outro lado, o preconceito pressupõe também, como o seu nome já indica, “pré-julgamentos” negativos sobre os membros de uma “raça”, religião ou qualquer outro grupo social (Jones, 1972). Mesmo com essa concepção, os preconceitos não são só conjuntos de sentimentos, de antipatia e de crenças distorcidas e negativas sobre grupos sociais. Os preconceitos estão essencialmente relacionados às práticas e comportamentos discriminatórios frente a membros dos grupos sociais, por sua pertença (Brown, 1995).

Nesse sentido, quais seriam os fatores que determinam o surgimento do preconceito? Os estudiosos

da Psicologia Social têm desenvolvido uma grande diversidade de modelos explicativos sobre os fatores que determinam as práticas discriminatórias (Brown, 1995). Com base na importância da luta contra o racismo, objetiva-se, neste estudo, analisar como as diversas formas de inserção na vida universitária se relacionam com o preconceito racial, já identificado no Brasil como um preconceito mascarado (Camino, Silva, Machado, & Mendoza, 2007; Camino, Silva, Machado, & Pereira, 2001; Guimarães & Huntley, 2000; Lima & Vala, 2004; Pereira, Torres, & Almeida, 2003). Este estudo pretende ampliar o olhar sobre o fenômeno do preconceito racial, procurando entender a relação existente entre os diversos tipos de inserção na sociedade e suas atuais formas de expressão.

Preconceito racial e o contexto brasileiro

As teorias constituintes da vertente da Psicologia Social Sociológica colocam o preconceito nos processos sociais de exclusão e inclusão social, e procuram explicar as formas concretas de discriminação, partindo dos conflitos sociais e dos embates ideológicos, que se desenvolvem em torno dos conflitos (Camino & Ismael, 2004; Lins, Lima, & Camino, 2007). Encontram-se abarcadas por essa vertente as teorias retóricas e discursivas (Billig, 1985, 1991, 2008; Potter & Wheterell, 1987; Van Dijk, 1988, 1998, 2008; Wheterell, 1996).

À luz dessa nova perspectiva, o preconceito racial é entendido como resultante de crenças, normas e valores sociais, como fatores ideológicos influenciadores do comportamento segregador. É nesse sentido que se concebe o preconceito, não como decorrente de características psicológicas individuais, mas, sobretudo, como o produto das relações de poder entre grupos. Tais relações geram representações ideológicas que justificam os processos de discriminação contra grupos minoritários (Camino & Pereira, 2000). Uma das representações justificadoras é o discurso ideológico que nega o preconceito pessoal e responsabiliza a sociedade pela existência desse preconceito (Camino, Silva, Machado, & Pereira, 2001; Pereira, Torres, & Almeida, 2003).

A modificação na concepção do preconceito (causas, consequências, onde e como persiste), e a identificação de novas formas de sua expressão, recolocaram o preconceito racial como um problema social, que deve ser debatido e tratado abertamente na busca por soluções. Assim, o estudo sobre as novas formas de preconceito se desenvolveram com a institucionalização das normas que proíbem a discriminação contra grupos minoritários (McConahay, Hardee, & Batts, 1981; Santos, 1999), criando, assim, mecanismos de expressão que não ferem abertamente as normas antidiscrimina-

tórias (Gaertner & Dovidio, 1986; Katz & Hass, 1988; McConahay, 1983; Pettigrew & Meertens, 1995).

Para a teoria do Racismo Sutil ou Moderno (Kinder & Sears, 1981; McConahay & Hough, 1976), o preconceito contra os negros decorre da ameaça que imprimem aos valores do individualismo da cultura ocidental. Os racistas "sutis" consideram que os negros estão violando valores socialmente apreciados e, portanto, não estão seguindo as regras sociais aplicadas, por outras gerações, às minorias necessitadas. Dessa forma, o racismo é expresso através de estratégias que os grupos dominantes encontraram para driblar as normas antirracistas. Trata-se, pois, de discursos ideológicos que justificam a sua situação dominante sem, aparentemente, violar essas normas (Camino et al., 2001).

No Brasil, Camino e colaboradores (2001) observaram, da mesma forma que Venturi e Paulino (1995), que entre os estudantes existe um sentimento praticamente unânime (98%) da existência de preconceito no país, mas a grande maioria (84%) não se considera preconceituosa. Nesses estudos, cada alternativa relacionava expressamente a existência, ou não, de uma atitude preconceituosa da pessoa e a existência, ou não, de uma atitude preconceituosa do brasileiro. Mesmo assim, a grande maioria dos estudantes (82%) escolhe a opção que relaciona a existência de preconceito no brasileiro à posição individual não-preconceituosa. Os autores afirmam que, em contexto comparativo, os estudantes brasileiros tendem a reprimir suas respostas negativas, mesmo que essas não sejam abertamente preconceituosas. Os resultados anteriormente citados poderiam ser interpretados a partir da teoria do Racismo Aversivo (Gaertner & Dovidio, 1986), como uma forma de inibição de atitudes preconceituosas. Entretanto, Camino e colaboradores (2004) procuram mostrar que o racismo à brasileira não se explica exclusivamente por mecanismos inibitórios, mas que o racismo tem também um caráter político-ideológico.

Por essas razões, Camino, Silva, Machado e Martinez (2000)¹ acrescentam adjetivos que descreveriam pessoas do primeiro e terceiro mundos. Quando respondem por si mesmos, os estudantes utilizam mais adjetivos do terceiro mundo e menos do primeiro mundo para descrever pessoas de cor negra, e mais adjetivos do primeiro mundo e menos do terceiro mundo para descrever as pessoas de cor branca. Quando convidados a responder pelos brasileiros, usam o mesmo padrão de respostas do 1º e 3º mundo.

Esses resultados mostram que a categorização racial no Brasil pode estar relacionada com a categorização em termos de países do 1º e do 3º mundo. Essa divisão socioeconômica é constituída, inicialmente, pelo processo histórico da dominação colonial (Chaliand, 1977). Ao dividir os países em metrópoles e colônias, estes se

desenvolviam em termos de: (a) capitalista industrial, rico, branco - 1º mundo e (b) fornecedor de matéria-prima, pobre, negro/índio (escravos) - 3º mundo.

É provável que, atualmente, onde a escravidão é formalmente proibida, mas a dominância econômica faz parte da lógica do capitalismo, os sentimentos abertamente depreciativos em relação aos negros, criados principalmente na época da escravidão, estejam se transformando em atitudes mais sutis, que reforçam a divisão entre países desenvolvidos e não desenvolvidos (Camino, Silva, Machado, & Martinez, 2000). No próprio interior dos países do 3º mundo estaria também ocorrendo essa divisão. A cor da pele e características fenotípicas constituiria um divisor entre países e um divisor no interior destes. Essa divisão não pressupõe atribuir aos não-brancos uma raça inferior, como era feito antes, mas sim, uma cultura menos adaptada ao desenvolvimento moderno.

Como as novas formas de racismo têm se desenvolvido no Brasil? De fato, a maneira de expressão do racismo foi mudando segundo se desenvolviam as formas de relações inter-raciais. Segundo Silva e Rosenberg (2008), após a abolição da escravatura, as relações sociais e políticas entre brancos e negros são marcadas por três processos principais: (a) O país não adotou legislação de segregação étnico-racial (diferentemente dos EUA e da África do Sul), não tendo ocorrido, portanto, definição legal da pertença racial; (b) O país não desenvolveu política específica de integração dos negros recém-libertos à sociedade envolvente, o que fortaleceu as bases do histórico processo de desigualdades sociais entre brancos e negros, que perdura até os dias atuais; (c) O país incentivou a imigração europeia branca em acordo com a política de Estado (passagem do século XIX para o XX) de branqueamento da população, em consonância com as políticas racistas eugenistas desenvolvidas na Europa do século XIX.

No Brasil, em decorrência do preconceito velado contra os negros, os fenótipos (cor da pele, características físicas, etc.) funcionam como elemento constitutivo da identidade racial desse grupo. Como afirma Guimarães (1999), numa obra importante, em que analisa o racismo e o antirracismo no Brasil, o racismo *à brasileira* “trata-se de um racismo sem intenção, às vezes de brincadeira, mas sempre com consequências sobre os direitos e as oportunidades de vida dos atingidos” (p. 67). A observação do cotidiano e as próprias estatísticas governamentais não deixam dúvidas quanto ao fato da população negra do Brasil continuar a ser objeto de discriminação.

O racismo histórico e contemporâneo, consolidado na sociedade brasileira, fica evidente quando se analisam diversos indicadores sociais (e.g., renda, educação, saneamento). Entretanto, o racismo estrutural e

sutil configura o padrão nas relações raciais no Brasil, através de um sofisticado sistema de classificação racial baseado na aparência, condição socioeconômica e região de residência, assim como na convivência com padrões raciais de desigualdade de oportunidades. Ao mesmo tempo, o racismo sutil pode ser atenuado e considerado um convívio amistoso em determinados espaços sociais, sob determinadas circunstâncias (Van Dijk, 2008).

Inserção social e ideologia política: Fatores psicossociais do racismo

Para apresentar o conceito Inserção Social, Camino (1995, 2005) descreve um breve histórico de como o construto foi constituído, desde estudos sobre comportamento político na perspectiva psicossociológica, até a concepção de um modelo para compreender a decisão eleitoral, para, posteriormente, ser aplicado à problemática do racismo no Brasil.

Tais pesquisas tiveram, como característica primeira, a análise dos movimentos sociais, a fim de entender como e porquê as pessoas se inseriam como militantes ou atuavam em ações coletivas (Amado & Camino, 1992; Amado, Freitas, Ieno, & Camino, 2005; Mendoza & Camino, 2005). Assim, observaram que a importância (ou não importância) atribuída pelos indivíduos às diversas organizações da sociedade civil relacionavam-se aos diferentes graus de militância social. Em um segundo momento, Camino e colaboradores (Camino & Costa, 1994; Camino, Torres & Costa, 1995, 2005; Costa, Torres, Burity, & Camino, 1994) relacionaram índice de atividade política de estudantes universitários (identificação partidária, voto e eficácia política) com as formas específicas de inserção na vida universitária, ao diferenciar tal inserção em participação acadêmica ou curricular, centrada no estudo (e.g., na sala de aula) e participação extracurricular, constituída por atividades de extensão, atividades culturais, movimentos estudantis, etc.

A partir desses estudos, foi proposto o estudo da socialização política como resultante da presença no meio universitário, utilizando a ideia de Inserção Social como identificação política desenvolvida nos conflitos intergrupais. Esse momento foi contextualizado pelos processos de democratização da América Latina e do Brasil, assim como a adoção de uma perspectiva marxista para o posicionamento político. O contato com a perspectiva das relações intergrupais também auxiliou a compreender e aplicar o conceito de Inserção Social nas pesquisas que seguiram. Os estudos apontam que a mera pertença acadêmica não atua como agente de socialização política, e sim, as diferentes formas que os jovens se inserem na vida universitária influenciam nos

tipos de visão da estrutura social que eles desenvolvem. Assim, por exemplo, os alunos que se inseriam com mais frequência em atividades extracurriculares possuíam índices mais elevados de participação política, assim como uma maior identificação partidária.

Foi proposto por Camino e colaboradores, num terceiro momento (Camino, 1992; Camino, Silva, & Souza, 1998; Camino, Souza, Silva, & Pereira, 2005), o modelo psicossociológico para o estudo da decisão eleitoral. Nessa perspectiva, a Inserção Social pode ser identificada pela composição do sentimento de pertença às diversas organizações da sociedade civil. A identificação com determinados grupos sociais passaria a ganhar um caráter ideológico e, nesse sentido, a Inserção Social concreta do indivíduo passaria a influenciar e direcionar sua visão sobre as questões sociais, como crenças, normas e as relações raciais. Assim, Camino e colaboradores constataram que a participação e a identificação com as diversas formas de organizações da sociedade civil se congregam em dois níveis: o nível sociopolítico (constituído por organizações tais como partidos políticos, sindicatos, organizações de minorias, associação de bairro, etc.) e o nível de relação afetiva (constituído pela família, amigos e atividades religiosas).

O conjunto de dados provenientes dos estudos anteriormente descritos levou à hipótese teórica de que, no processo de participação nas diversas organizações civis, são desenvolvidas visões de estrutura social, assim como sentimentos de pertença a um dos setores dessa estrutura. Camino e colaboradores assumem que a maior parte das pessoas têm suas atitudes e crenças políticas determinadas, não necessariamente por ideologias programadas, mas por um nível mais geral de ideologia, onde símbolos sociais estão vinculados aos sistemas de crenças adotados por seus grupos de pertença (Camino, 1992).

Usando o mesmo instrumento dos estudos eleitorais, Camino e colaboradores (Camino, Silva, & Machado, 2000)² constataram, na pesquisa com estudantes de uma universidade pública, que a participação e identidade com as organizações do nível sociopolítico se relacionavam negativamente com o preconceito racial (quanto maior participação e identificação sociopolítica, menor o preconceito), enquanto a identidade no nível afetivo se relacionava positivamente com o preconceito racial. Num segundo estudo, com estudantes de uma universidade privada (Machado, Silva, & Camino, 2001), os autores observaram que a identificação com as redes organizacionais do nível sociopolítico se relacionavam negativamente com os escores tanto do preconceito clássico quanto do sutil.

A partir da perspectiva teórica apresentada, pressupõe-se que a inserção nas diversas organizações da sociedade civil, ou em determinados grupos sociais,

conduz para diferentes justificativas sobre as relações raciais e sobre o preconceito contra os negros. Em se tratando de estudantes universitários, pretendeu-se, neste estudo, relacionar a preferência por tipos de atividades na universidade (inserção universitária) com o preconceito racial praticado no Brasil. Pretendeu-se, também neste estudo, verificar como diversos tipos de inserção universitária relacionam-se com diferentes formas de expressão do preconceito racial. Para conhecer essa relação, foi necessário identificar como os estudantes se inserem em diferentes atividades (curriculares e extracurriculares) da vida universitária, como um dos tipos de Inserção Social.

A atitude favorável dos estudantes quanto à divisão socioeconômica mundial ainda utilizada atualmente como 1º mundo (hemisfério norte, países desenvolvidos e ricos) sendo diferente do 3º mundo (hemisfério sul, países subdesenvolvidos e pobres), atua como índice de aspirações individualistas e conservadoras (1º mundo) vs. aspirações coletivistas e de mudança (3º mundo). Pressupõe-se que a valoração de aspirações individualistas e conservadoras podem apontar uma maior expressão do preconceito contra os negros, assim como os coletivistas e de mudança podem inferir o antirracismo.

Nesse sentido, buscou-se analisar o poder preditivo da atitude favorável frente ao 1º e ao 3º mundos em relação aos níveis de Inserção Universitária, assim como do Preconceito Sutil frente estas variáveis. Parte-se, então, da premissa de que quanto maior a importância atribuída às atividades extracurriculares (socialização política) no ambiente acadêmico, maior a identificação com o 3º mundo e, conseqüentemente, menor será a expressão do preconceito mascarado. A relação inversa pode ser encontrada, onde a atribuição de importância à inserção puramente acadêmica (atividades curriculares) estaria relacionada com uma valorização do 1º mundo e, possivelmente, uma maior expressão do preconceito racial à brasileira.

Metodologia

Participantes

O conjunto de participantes deste estudo foi constituído através de amostragem não-probabilística por conveniência, a fim de obter número satisfatório para o suporte das análises estatísticas apropriadas. Assim, obteve-se o número de 206 estudantes da Universidade Federal da Paraíba, instituição situada no Nordeste brasileiro. Os participantes eram, na sua maioria (80%), do sexo feminino, com a média de idade por volta dos 23 anos (DP = 5,34). O controle não-probabilístico por quota foi trabalhado para composição da amostra quanto aos cursos, na intenção de obter uma heterogeneidade

de cursos nas áreas de conhecimento de humanas (psicologia, história e letras), saúde (nutrição, odontologia e educação física) e educação (pedagogia). Foram, assim, obtidos 43,4% dos participantes da área de Saúde, com 42,9% nos cursos da área de Humanas, e o total de 13,7% da área educacional.

Instrumentos de coleta de dados

Na Escala de Inserção Universitária (Lima Nunes, 2009), solicita-se aos participantes que demonstrem o seu nível de preferência, numa lista de 13 itens, referentes às atividades desenvolvidas dentro da universidade (ensino, pesquisa, extensão, movimento estudantil, amizades), identificadas como Atividades Curriculares e Extracurriculares, com respostas variando em escala *Likert* entre 1 (“Nada”) e 4 (“Muito”). Na Escala de Preconceito Sutil, adaptada de Kinder e Sears (1981), se pretende medir o nível de preconceito expresso com enfoque para rejeição das políticas de ações afirmativas. As questões fazem referência à maneira como o estudante percebe as políticas sociais sobre as minorias raciais, e devem ser respondidas na escala *Likert*, que varia de 1 (“Discordo totalmente”) a 5 (“Concordo totalmente”).

Finalmente, também foi mensurada a Atitude Favorável ao 1º e 3º Mundo (Martinez & Camino, 2000)³, a medir os graus de identificação, de admiração e de

desejo de morar em cada um desses conjuntos de países. Esses conceitos foram utilizados no seu sentido atual (ver Dicionário Aurélio), onde o terceiro mundo significa países subdesenvolvidos, em oposição aos países desenvolvidos ou ditos do primeiro mundo. Utilizou-se escala *Likert* variando de 1 (“Nada”) a 4 (“Muito”).

Análise dos dados e resultados

Dado que a amostra deste estudo está composta por estudantes de três áreas do conhecimento (Humanas, Educação e Saúde), a análise dos dados foi focada, inicialmente, na identificação de diferenças nos níveis de preferência e participação dos estudantes nas atividades curriculares e extracurriculares. Para isto, foi realizada uma análise de variância nos dois índices. Como apontado na Tabela 1, houve diferença estatisticamente significativa [$F = 4,814$; $p < 0,009$] apenas nas atividades curriculares entre as áreas de Saúde e Educação. As comparações entre médias realizadas pelo teste *Scheffé* mostram que os estudantes universitários da área de Saúde valorizam significativamente mais as atividades curriculares do que os estudantes da área de Educação. Tal diferenciação entre áreas pode estar relacionada ao desempenho prévio, no vestibular, e no direcionamento diferenciado que as demandas das áreas possuem.

Tabela 1
Médias, Desvio Padrão (em parênteses) e Teste Estatístico dos Níveis de Inserção Universitária e as Áreas de Conhecimento

Inserção Univ.	Áreas do Conhecimento			Teste Estatístico	
	Humanas (n = 85)	Educação (n = 28)	Saúde (n = 81)	F	p<
Extracurricular	2,68 (0,59)	2,87 (0,82)	2,82 (0,62)	1,528	n.s.
Curricular	3,67_{ab} (0,41)	3,49_b (0,63)	3,70_a (0,45)	4,814	0,009

Nota: As médias que não compartilham o mesmo subscrito possuem diferença significativa $p < 0,001$, no teste *Scheffé*

A diferença ao preferir ou atribuir importância a determinadas atividades é anterior à inserção universitária, e pode ser percebida nos grupos de ideologias imersas (escola, cursinho, etc.), na busca por obtenção de pontuações visivelmente discrepantes. Manter-se-á, portanto, nas análises posteriores à participação das áreas de conhecimento que apresentaram as maiores médias em atividades curriculares (Humanas e Saúde).

Propôs-se, assim, analisar a relação direta de atitude favorável ao 1º e 3º mundo (VD's) aos fatores de inserção universitária e o posicionamento por áreas do conhecimento (VI's), ao levar em consideração que tais atitudes favoráveis influenciam o preconceito sutil de maneira indireta (ver Tabela 2). Para compor

as variáveis em separado, foram computados os itens de identificação, desejo de morar e admiração de cada concepção, formando fatores – Atitude favorável ao 1º mundo (média= 2; DP <1) e Atitude favorável ao 3º mundo (média= 1,8; DP <1).

A análise de regressão linear múltipla foi realizada para a atitude favorável ao 1º mundo [$R = 0,21$; $F_{(1,189)} = 9,02$; $p < 0,003$], onde a relação preditiva foi dada apenas pelo nível de Atividades Curriculares ($\beta = 0,21$; $t = 3,00$; $p < 0,003$). Esse resultado indica que, quanto maior a atribuição de importância e preferência por atividades ligadas à rotina acadêmica (estudo de disciplinas, pesquisa, extensão, etc.), maior a valorização do 1º mundo para esse estudante.

Tabela 2
Regressões Múltiplas (Stepwise) dos Níveis de Inserção Universitária e Áreas do Conhecimento Frente à Atitude Favorável ao 1º. Mundo e à Atitude Favorável ao 3º. Mundo

Variáveis Independentes	Atitude favorável					
	1º. Mundo			3º. Mundo		
	Beta	t	p<	Beta	t	p<
Inserção						
Ativ. Extracurriculares	-0,09	-0,04	n.s.	0,35	5,13	0,000
Ativ. Curriculares	0,21	3,00	0,003	-0,05	-0,70	n.s.
Áreas do Conhecimento						
Humanas	-0,01	-0,03	n.s.	0,42	3,99	0,000
Saúde	0,05	0,73	n.s.	0,23	2,19	0,03
Coefficiente de regressão múltipla			R = 0,21; R ² = 5%	R = 0,41; R ² = 17%		
Variância explicada			R ² ajustado = 4%	R ² ajustado = 16%		
Teste estatístico			F _(1,189) = 9,02	F _(3,187) = 12,81		
			p < 0,003	p < 0,000		

Já na regressão linear múltipla para atitude favorável ao 3º mundo [R = 0,41; F_(3,187) = 12,81; p < 0,000], a situação se inverte. Foi observado, como representado na Tabela 2, o poder preditivo da atribuição de importância e preferência às Atividades Extracurriculares ($\beta = 0,35$; t = 5,13; p < 0,000) e das áreas de conhecimento: Humanas ($\beta = 0,42$; t = 3,99; p < 0,000) e Saúde ($\beta = 0,23$; t = 2,19; p < 0,03). A relação positiva entre a valorização do 3º mundo como pertença e as atividades extracurriculares, assim como com a área de Humanas, era um resultado esperado. A socialização política que se desenvolve nas atividades extracurriculares levam à valorização da mudança social e a atitudes coletivistas, atribuídas à ideologia terceiro mundista. Tradicionalmente, os cursos da área de Humanas (história, psicologia, ciências sociais), valorizam tais atividades pelo seu próprio objeto de estudo ser a relação sociopolítica apresentada na sociedade.

A correlação positiva entre a valorização ao 3º mundo e a área de Saúde não foi prevista como resultado esperado, mas os índices apontam que, significativamente, essa relação é menor em relação à área de Humanas. Esse resultado é possível, já que, desde o início do curso, os estudantes de saúde sofrem uma pressão maior para o alto desenvolvimento curricular e caminho para a aplicação dos ensinamentos clássicos na profissão. A valorização diferenciada entre 1º e 3º mundo é tomada como característica preponderante para compreender a influência dos fatores psicossociais e o posicionamento ideológico que apontam, com a importância atribuída às crenças e normas individualistas e conservadoras, ou coletivistas e

de mudança, na expressão do preconceito mascarado.

Seguindo os objetivos propostos, deu-se a análise de regressão linear múltipla (*stepwise*) para detectar a relação entre os fatores psicossociais (VI's) – Inserção Universitária, áreas do conhecimento e Atitude favorável ao 1º e 3º mundo – e o Preconceito Sutil (VD).

Como resultado da análise de regressão frente ao Preconceito Sutil [R = 0,17; F_(1,170) = 5,43; p < 0,02], o único fator psicossocial com poder preditivo foi o nível de inserção nas Atividades Extracurriculares ($\beta = -0,18$; t = -2,33; p < 0,02) (ver Tabela 3). Esse resultado aponta que, dentre os fatores apresentados, a única variável que chega a influenciar o preconceito sutil é a importância atribuída às atividades extracurriculares, ou seja, a preferência por este nível de inserção universitária prediz uma menor aceitação da prática preconceituosa. O caráter ideológico característico do preconceito sutil, de afirmações que rejeitam os direitos das minorias raciais, é menos aceito pelos estudantes que preferem e dão maior importância à socialização política no ambiente universitário.

Ao associar os resultados obtidos em análises separadas, pode-se inferir neste estudo que (a) a divisão e a diferença entre a inserção universitária e as áreas do conhecimento existem como influenciadores indiretos do preconceito sutil; (b) quanto maior a atribuição de importância para a inserção em atividades extracurriculares, maior a valorização do 3º mundo; (c) a preferência por atividades extracurriculares é preditiva de uma menor expressão do preconceito.

Tabela 3
Regressão Múltipla (Stepwise) do Conjunto de Fatores Psicossociais de Estudantes Universitários que se Relacionam com Preconceito Sutil

<i>Preconceito Sutil</i>		
<i>Variáveis Independentes</i>	<i>Beta</i>	<i>p.<</i>
Inserção		
Atividades Extracurriculares	-0,18	0,02
Atividades Curriculares	-0,09	n.s.
Atitude Favorável ao 1º mundo	0,07	n.s.
Atitude Favorável ao 3º mundo	-0,05	n.s.
Área do Conhecimento		
Humanas	-0,09	n.s.
Saúde	-0,06	n.s.
ESTATÍSTICAS		
Coefficiente de Correlação Múltipla	R = 0,18	
% Variabilidade Explicada	R ² = 3%	
Significância da Amostra	F _(1,170) = 5,43	
P.<	0,02	

Assim, ao aderir à ideologia de 3º mundo, os estudantes expressam uma atitude menos preconceituosa, com uma inserção universitária voltada para a socialização política, mostrando que a identificação e preferência por uma vivência terceiro mundista possui um papel importante para o posicionamento frente aos conflitos intergrupais e, principalmente, frente aos conflitos raciais. Camino e Troccoli (1981)⁴ e Mendoza e Camino (2005) têm mostrado que as pessoas que participam em movimentos oposicionistas rejeitam a utilização de normas de justiça meritocrática na solução de problemas sociais, assim como dão importância às atividades extracurriculares ligadas ao movimento estudantil. A forma como os fatores psicossociais estão relacionados com o preconceito sutil aponta uma correspondência assinalada pela literatura psicossocial, de que utilizar-se do mérito como justificativa, ou naturalização de práticas discriminatórias, auxilia na dinâmica da exclusão social, onde os sujeitos reproduzem os argumentos ou repertórios conflitantes que circulam na sociedade (Wetherell, 1996).

Com base nos resultados aqui apresentados, pode-se inferir também que os estudantes entendem a inserção universitária por atividades extracurriculares como promotora de cidadania e pensamento crítico. O

preconceito sutil mostrou-se como uma posição contrária aos direitos das minorias raciais, e, portanto, foi rejeitado pelos estudantes em sua maioria. Dessa forma, infere-se a influência dos fatores psicossociais (atitude político-ideológica e inserção social) ao preconceito racial praticado no Brasil.

Considerações finais

No Brasil, o preconceito racial apresenta-se de tal forma sutil e mascarado que as pessoas têm vergonha de apresentar qualquer vestígio de preconceito, e assim, sustentam visões tais como democracia racial ou complexidade da miscigenação de forma a não admitir o problema racial.

Diversas pesquisas mostram que em torno de 90% dos entrevistados admitem que há racismo no Brasil, enquanto que menos de 10% se reconhecem como preconceituosos. Esses resultados indicam que existe a crença de um preconceito generalizado na sociedade brasileira, mas que, individualmente, as pessoas não se julgam preconceituosas (Camino et al., 2001; Heringer, 2005; Venturi & Paulino, 1995).

Esse resultado aponta a idiosincrasia de como o preconceito é expresso no Brasil, onde a população, em sua grande maioria, reconhece a presença do racismo, mas não admite responsabilidade nesse processo. Assim, o preconceito racial deve ser considerado como parte do tecido social, já que, independentemente dos indivíduos, as sociedades ocidentais criaram e viveram uma divisão étnico-racial que lhes permitiu e permite manter desigualdades socioeconômicas a partir de critérios raciais e/ou étnicos.

No caso dos estudantes universitários, deve-se considerar que as atividades extracurriculares não fazem parte diretamente dos objetivos explícitos das universidades brasileiras (que se sustentam no tripé ensino-pesquisa-extensão), mas são indiretamente importantes para a execução desses objetivos, no sentido de que a universidade deve promover soluções aos problemas nacionais e regionais. Essas atividades colaboram ao estabelecer vínculos com a sociedade civil, ao compor militâncias e desenvolvimento de ideias que auxiliam na diminuição de desigualdades e formação de cidadãos.

Notas

* A pesquisa descrita neste artigo foi realizada no âmbito de Dissertação de Mestrado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e teve o apoio da CAPES.

¹ Camino, L., Silva, P., Machado, A., & Martinez, I. (2000). *Aspirações primeiro-mundistas de estudantes brasileiros e as novas formas do racismo*. Comunicação apresentada no I Congresso Hispano-Português, Santiago de Compostela, Espanha.

- ² Camino, L., Silva, P., & Machado, A. (2000). *L'inhibition des attitudes racistes est un mécanisme psychologique ou le reflet d'un discours contradictoire? Une étude avec étudiants brésiliens*. Comunicação apresentada no 3^{EME} Congrès International de Psychologie Sociale en Langue Française, Valencia, Espanha.
- ³ Martinez, I. & Camino, L. (2000). *Brasil es racista, Brasil no es racista: el discurso social como determinante de las diferencias percibidas entre blanco negros y morenos*. Comunicação apresentada no VII Congresso de Psicologia Social da Espanha, Oviedo, Epanha.
- ⁴ Camino, L. & Troccoli, B. (1981). *Categorization of violence, the belief in just world and political activism*. Manuscrito não-publicado.

Referências

- Allport, G.W. (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge, MA: Addison-Wesley.
- Amado, V. & Camino, L. (1992). Da luta comunitária à organização sindical: o Movimento "Ze Pião". *Caderno de Textos*, 5, 1-22.
- Amado, V., Freitas, S. M., Ieno, G., & Camino L. (2005). Ocupações rurais: capacidade de mobilização e contradições internas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. In A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, & J. B. da Cota (Orgs.), *A psicologia política na perspectiva psicossociológica* (pp. 111-138). Goiânia: UCG.
- Billig, M. (1985). Prejudice, categorization and particularization: From a perceptual to a Rethorical approach. *European Journal of Social Psychology*, 15, 79-103.
- Billig, M. (1991). *Ideology and opinions: Studies in rhetorical psychology*. London: Sage.
- Billig, M. (2008). *Argumentando e pensando: uma abordagem retórica à psicologia social* (V. Joscelyne, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Brown, R. (1995). *Prejudice: its social psychology*. Oxford: Blackwell.
- Camino, L. (1992). Participation in civil society's organizations and electoral behavior. *Caderno de Textos*, 4, 1-27.
- Camino, L. (1995). Da agressão individual às ações coletivas e políticas: reflexões sobre a construção do Núcleo de Estudos em Comportamento Político. *Textos do Mestrado em Psicologia Social*, 1, 1-26.
- Camino, L. (2005). A construção de uma perspectiva psicossociológica no estudo do comportamento político. In A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, & J. B. da Costa (Orgs.), *A psicologia política na perspectiva psicossociológica* (pp. 9-42). Goiânia: UCG.
- Camino, L. & Costa, J. B. (1994). A participação política do adolescente: indicação de uma abordagem psicossocial a partir da noção de identidade. *Temas de Psicologia*, 1, 1-16.
- Camino, L. & Ismael, E. (2004). A psicologia social e seu papel ambíguo no estudo da violência e dos processos de exclusão social. In L. de Souza & Z. Araújo (Eds.), *Violência e práticas de exclusão* (pp. 43-56). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Camino, L. & Pereira, C. (2000). O papel da psicologia na construção dos direitos humanos: análise das teorias e práticas psicológicas na discriminação ao homossexualismo. *Perfil*, 13(13), 49-69.
- Camino, L., Silva, P., & Machado, A. (2004). As novas formas de expressão do preconceito racial no Brasil: estudos exploratórios. In M. E. O. Lima & M. E. Pereira (Orgs.), *Estereótipos, preconceitos e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas* (pp. 121-140). Salvador: EDUFBA.
- Camino, L., Silva, P., Machado, A., & Mendoza, R. (2007). El prejuicio racial en Brasil: sus formas encubiertas de expresión. In J. Gissi & D. Sirlopú (Orgs.), *Asedios a la psique latino-americana. Aportes desde la psicología política, psicología comunitaria y psicología social* (pp. 183-205). Santiago de Chile: Editora da Universidad católica de Santiago.
- Camino, L., Silva, P., Machado, A., & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. *Revista de Psicologia Política*, 1(1), 13-36.
- Camino, L., Silva, E. A. & Souza, S. M. (1998). Primeiros passos para a elaboração de um modelo psicossociológico do comportamento eleitoral: estudo dos eleitores de João Pessoa na campanha de 1992. *Estudos em Psicologia*, 3(1), 7-32.
- Camino, L., Souza, S. M., Silva, E. A., & Pereira, C. (2005). Modelo psicossociológico para o estudo da decisão eleitoral nas eleições de 1996. In A.R.R. Torres, M. E. O. Lima & J. B. da Costa (Orgs.), *A psicologia política na perspectiva psicossociológica* (pp. 315-340). Goiânia: UCG.
- Camino, L., Torres, A. R. R., & Costa, J. B. (1995). Voto, identificação partidária, identidade social y construcción de la ciudadanía. In O. D'adamo, V. G. Beaudoux, & M. Montero (Orgs.), *Psicología de La Acción Política* (pp. 129-142). Buenos Aires: Paidós.
- Camino, L., Torres, A. R. R., & Costa, J. B. (2005). Identificação partidária, identidade social, voto e cidadania. In A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, & J. B. da Costa (Orgs.), *A psicologia política na perspectiva psicossociológica* (pp. 255-272). Goiânia: UCG.
- Chaliand, G. (1977). *Mitos revolucionários do Terceiro Mundo* (A. M. Guimarães Filho, Trad.). Rio de Janeiro: F. Alves.
- Costa, J. B., Torres, A. R., Burity, M. H., & Camino, L. (1994). Universidade: Espaço Institucional para o Desenvolvimento Político. *Temas de Psicologia*, 1, 17-36.
- Gaertner, S. L. & Dovidio, J. F. (1986). The Aversive form of racism. In J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 61-89). San Diego: Academic Press.
- Guimarães, A. S. (1999). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: 34.
- Guimarães, A. S. & Huntley, L. (2000). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.
- Heringer, R. (2005). Visões sobre as políticas de ação afirmativa. In G. Santos & M. P. Silva (Orgs.), *Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI* (pp. 55-62). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Jones, J. M. (1972). *Prejudice and racism*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Katz, I. & Hass, R. G. (1988). Racial ambivalence and American values conflict: Correlational and priming studies of dual cognitive structures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55, 893-905.
- Kinder, D.R. & Sears, D.O. (1981). Prejudice and politics: Symbolic racism versus racial threats to the good life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40, 414-431.
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004). Serão os estereótipos e o preconceito inevitáveis? O monstro da automaticidade. In M. E. O. Lima & M. E. Pereira (Orgs.), *Estereótipos, preconceito e discriminação: perspectivas teóricas e empíricas* (pp. 41-68). Salvador, BA: Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Lima Nunes, A. V. (2009). *Inserção Social, Racismo e Desenvolvimento dos Discursos sobre Justiça Inter-racial*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba.

- Lins, S. L. B., Lima, A. V., & Camino, L. (2007). Há relação entre valores e racismo? In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO* (pp. 1-12). Rio de Janeiro.
- Machado, A., Silva, P., & Camino, L. (2001). Preconceito racial e sua relação com a inserção e identificação social [Resumo]. In *Anais do XI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Florianópolis.
- McConahay, J. B. (1983). Modern racism and modern discrimination. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 9, 551-558.
- McConahay, J. B., Hardee, B., & Batts, V. (1981). Has racism declined in America? It depends upon who is asking and what is asked. *Journal of Conflict Resolution*, 25, 563-579.
- McConahay, J. B. & Hough, J. C. (1976). Symbolic Racism. *Journal of Social Issues*, 32, 23-45.
- Mendoza, R. & Camino, L. (2005). Categorização da violência, crença na justiça e participação na greve dos professores. In A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, & J. B. da Cota (Orgs.), *A psicologia política na perspectiva psicossociológica* (pp. 49-74). Goiânia: UCG.
- Pereira, C., Torres, A. R. R., & Almeida, S. T. (2003). Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(1), 95-107.
- Pettigrew, T. F. & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 203-226.
- Potter, J. & Wetherell, M. (1987). *Discourse and social psychology*. London: Sage.
- Santos, I. A. (1999). Discriminação: uma questão de direitos humanos. In D. D. de Oliveira, R. B. de Lima, S. A. dos Santos, & T. L. Tosta (Eds.), *50 anos depois: relações raciais e grupos socialmente segregados* (pp. 53-74). Goiânia: MNDH.
- Silva, P. V. B. & Rosemberg, F. (2008). Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. In T. Van Dijk (Org.), *Racismo e discurso na América Latina* (pp. 73-118). São Paulo: Contexto.
- Van Dijk, T. A. (1988). El discurso y la reproducción del racismo. *Lenguaje en contexto*, 1(1-2), 131-180.
- Van Dijk, T. A. (1998). *Ideology: A multidisciplinary study*. London: Sage.
- Van Dijk, T. A. (2008). Introdução. In T. Van Dijk (Org.), *Racismo e discurso na América Latina* (pp. 11-24). São Paulo: Contexto.
- Venturi, G. & Paulino, M. F. (1995). Pesquisando preconceito racial. In C. Turra & G. Venturi (Orgs.), *Racismo cordial: A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil* (pp. 83-95). São Paulo: Ática.
- Wetherell, M. (1996). *Identities groups and social issues*. California, USA: The Open University of California.

Recebido em: 02/10/2009

Revisão em: 29/04/2010

Aceite final em: 20/05/2010

Aline Vieira de Lima Nunes é Doutoranda no Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE-IUL/Portugal e Pesquisadora do Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS/ISCTE-IUL). Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB (2009). Integrante do Grupo de Pesquisa em Comportamento Político – GPCP, Brasil, desde 2004. Endereço: ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa. Departamento de Psicologia Social e das Organizações. Av. das Forças Armadas, Ala Autónoma, Sala 224. 1649-026. Lisboa, Portugal. Email: aline.vieira@gmail.com

Leoncio Camino é Professor Titular da Universidade Federal da Paraíba – UFPB/Brasil. Doutorado e Pós-Doutorado pela Université Catholique de Louvain (1974; 1979). Coordenador do Grupo de Pesquisa em Comportamento Político – GPCP da UFPB.

Como citar:

Lima Nunes, A. V. & Camino, L. (2011). Atitude político-ideológica e inserção social: fatores psicossociais do preconceito racial? *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 135-143.